



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA
Ato GP nº 391/2012

ATA DE REUNIÃO

Data	06/03/2018
Início	11:40
Fim	14:10

1. Participantes.

Nome	Unidade
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretoria-Geral
Simone Ferreira de Oliveira e Cruz	Assessoria da Presidência
Erica Ferreira	Assessoria da VPCRE
Rita de Cássia de Carvalho e Silva Marques de Abreu	Escola Judiciária Eleitoral
Fábio Lami Júnior	Secretaria de Administração
Flávio Augusto Castanheira Celano	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Paula Bass Lessa	Secretaria Judiciária (rep.)
André dos Santos Sant'Anna	Secretaria de Tecnologia da Informação
Fernando José da Fonseca	Secretaria de Orçamento e Finanças
Leandro Quarti Lamarão	Assessoria de Comunicação
Marcos José Guerrero Silva	Secretaria de Gestão de Pessoas
Soraya Previtali Morisson	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

Convidados

Nome	Unidade
Elizabeth Silva Viana	Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Fabiano Freitas Barbosa	Coordenadoria de Logística
Andrea Ribeiro Baptista	Seção de Assistência Médica e Social
Elayne da Silva Beserra Fernandes	Seção de Assistência Médica e Social
Renata Motta Geronimi	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Flávia Conceição de Lima Vidal	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Larissa de Matos Biajoli	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Robson Alves de Oliveira Sobrinho	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

2. Pauta

Definição das iniciativas que integrarão o PDE 2018/2019.

3. Descrição da reunião

A Diretora-Geral abriu a reunião e passou a palavra à servidora Renata Motta Geronimi, responsável pela área de Projetos da Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão.

Em seguida, a servidora explicou que aquela era a segunda de uma série de três reuniões para deliberar acerca das iniciativas que constarão do Plano Diretor da Estratégia para o biênio 2018-2019, especialmente no que tange aos custos, tendo em vista o calendário orçamentário.

Passou-se, às apresentações das iniciativas, bem como suas deliberações, conforme segue:

Objetivo/indicador/iniciativa: Modernização do Data Center
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Renata Motta Geronimi esclareceu que em reuniões com as unidades ligadas à iniciativa foram identificadas 03 etapas: a 1ª para a análise da estrutura do prédio, a 2ª para contratação de consultoria para definição de solução de Data Center, as quais deveriam ter sido executadas em 2017 e foram adiadas para 2018; e a 3ª na qual será implantado o Data Center propriamente dito, que foi adiada de 2018 para 2019. Considerando-se que não será possível executar a 3ª etapa em 2018, e que não há perspectiva de que o TSE libere o orçamento novamente em 2019, Fernando José da Fonseca da SOF apresentou uma solução à Asplan. O servidor esclareceu que em 2019 será implementada a parcela do plano de cargos e salários dos servidores com maior impacto orçamentário, motivo que reforça a perspectiva de que o TSE não autorize, novamente, o orçamento necessário ao projeto Data Center. A solução encontrada seria antecipar, neste ano de 2018, as compras de material de consumo, informática e mobiliários que ordinariamente ocorreriam em 2019, atentando-se apenas para as validades dos produtos, e possibilitando que a verba não utilizada em 2019 seja direcionada para a iniciativa. O Secretário de Orçamento e Finanças indicou ainda que se o valor necessário para o Data Center for muito elevado, o orçamento de 2019 pode não ser suficiente, mas que em setembro/19 talvez seja possível solicitar complementação orçamentária ao TSE.
Deliberação: prosseguimento da 1ª e 2ª etapas com o orçamento que foi previsto em 2018, e antecipação, pelas unidades, das aquisições de 2019 a fim de disponibilizar o orçamento de 2019 para o Data Center. Elaboração da nova ficha da iniciativa
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: responsável e gerente do projeto

Objetivo/indicador/iniciativa: Rede Privada Virtual (VPN)
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa)

Renata explicou que algumas etapas da iniciativa foram executadas antecipadamente, embora outras estivessem atrasadas, de forma que o término do projeto se alteraria de novembro/18 para fevereiro/19 e que, embora tenha sido adiantada a etapa “ <i>Aquisição dos equipamentos firewall com suporte técnico</i> ”, somente foram adquiridas 90 unidades das 133 necessárias, além de ser preciso contratar o serviço de circuito de dados para a capital e para o interior.
Deliberação: aprovação do adiamento da conclusão do projeto de 31/11/2018 para fevereiro de 2019. Verificar a disponibilidade dos recursos previstos para 2017 (\$86.016,00) para utilização em 2018. Confirmar a disponibilidade de recursos já previstos para 2018 (\$193.313,76 + \$709.500,00).
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: responsável e gerente do projeto

Objetivo/indicador/iniciativa: Modernização das instalações elétricas do NUAD
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Renata explicou que a etapa com orçamento de R\$ 60.000,00, prevista para 20/09/2017, foi adiada sua execução para 16/04/18 e que o término do projeto se alterou de novembro/18 para 15/04/19. O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais, Flávio Augusto Castanheira Celano esclareceu que houve um atraso na execução, mas que pretende finalizar a iniciativa na data prevista (15/04/19). Soraya Previtali Morisson, Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão, explicou que era possível a aprovação do projeto e sua inclusão no PDE com as datas indicadas, e posterior revisão do cronograma caso haja esforço em antecipar as ações previstas.
Deliberação: aprovação do adiamento da conclusão da iniciativa de 30/11/2018 para 15/4/2019 Verificar a disponibilidade dos recursos previstos para 2017 (\$60.000,00) para utilização em 2018. Confirmar a disponibilidade de recursos previstos para 2018 (\$480.000,00).
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: responsável e gerente do projeto

Objetivo/indicador/iniciativa: Sistema de prevenção e combate a incêndio na Sede do TRE-RJ
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Renata Motta Geronimi explicou que o orçamento, de R\$ 48.000,00, da contratação do

projeto de instalação do sistema de prevenção prevista para 01/08/17 fora atrasado para março/18 e que a nova previsão de término do projeto era novembro/2020. Flávio Augusto Castanheira Celano esclareceu que se as etapas iniciais forem adiantadas pelo gerente será possível contratar e implantar o sistema de prevenção e combate a incêndios em 2019, utilizando-se sobras orçamentárias, mas que não tem como garantir que as etapas poderão ser adiantadas.
Deliberação: Aprovação da data de conclusão da iniciativa, embora devam ser envidados esforços para antecipar a contratação para 2019. Verificar a disponibilidade de recursos previstos para 2017 (\$48.000,00) para utilização em 2018.
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: responsável e gerente do projeto

Objetivo/indicador/iniciativa: Implantação do Sistema de Gestão por Competências
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Renata Motta Geronimi esclareceu que a Iniciativa tem orçamento de R\$40.000,00, cuja execução estava prevista para 30/08/2017 e foi adiada para abril/2018. Destacou, ainda, a nova previsão de término, 30/08/18, alterando-se a previsão inicial, 30/11/2017.
Deliberação: Aprovação do adiamento da conclusão da iniciativa de 30/11/2017 para 31/8/2018. Verificar a disponibilidade de recursos previstos para 2017 (\$40.000,00) para utilização em 2018.
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: responsável e gerente do projeto

Objetivo/indicador/iniciativa: Estudo sobre o modelo de armazenamento de urnas eletrônicas
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Apresentou-se o novo cronograma sugerido pelo gerente do projeto. Soraya Previtali Morisson mostrou preocupação em não antecipar a iniciativa visto que a mesma teria previsão de término para 2021, o que permitiria um aumento considerável do problema atual, podendo levar ao colapso do modelo atual de armazenamento das urnas. A Diretora Geral indicou que recentemente houve uma auditoria integrada, e que reconhece ser difícil promover um estudo deste porte em ano eleitoral, mas que o atraso na execução das adequações necessárias é enorme.

O Coordenador de Logística, Fabiano Freitas Barbosa, disse que o gerente do projeto, Andre Goulart, tentou contato com as áreas cujos servidores comporão a equipe de trabalho, mas todas alegaram estar sobrecarregadas em 2018, não sendo possível elaborar um estudo em menor prazo. Fabiano Freitas apontou que o estoque de urnas cresce 3,5% ao ano, que os espaços de armazenamento de Del Castilhos e da Saúde não comportam mais urnas. Soraya Previtali pontuou ainda que o espaço do Jardim Botânico precisa ser usado para uma CAE, o que ainda não ocorreu porque o mesmo não comporta essa finalidade somado ao armazenamento das urnas ali existentes. O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais indicou que a Segeim, Seção de Gestão de Imóveis, na medida do possível, está procurando pólos de armazenamento de urnas. O Coordenador de Logística apontou que o gerente do projeto solicitou que a equipe de trabalho fosse formada por servidores da Segeim, da Coeng ou Seproj, da Semant e da Seadi. Flávio Augusto Castanheira Celano sugeriu incluir Andre Goulart no Grupo de Trabalho que já trata da Gestão Imobiliária do Tribunal. A Diretora Geral lembrou que o grupo já conclui o trabalho entregando, inclusive, uma minuta de resolução que disciplinaria a Política de Gestão Imobiliária do Tribunal. Flávio Augusto Castanheira Celano indicou que a minuta de resolução elaborada é ampla e sugeriu que o grupo continue com o estudo. A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão indicou que o escopo do projeto deveria incluir todas estas questões, e que a Segeim deveria trabalhar em conjunto com o gerente Andre Goulart, ao invés de fazer o trabalho sozinha.
Deliberação: propor uma equipe do projeto composta por servidores que já atuem nos grupos e áreas indicadas, de forma a tratar o assunto de forma coesa. Rever a ficha da iniciativa. Reavaliar a minuta de resolução sugerida pelo grupo de trabalho.
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: responsável e gerente do projeto

Objetivo/indicador/iniciativa: Implantação de CFTV
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Quanto a esta iniciativa Renata Motta Geronimi mostrou o novo cronograma da iniciativa e questionou quanto a execução da etapa prevista para fevereiro/2018, sendo esclarecido pelo Secretário de Administração, Fábio Lami Júnior, que os equipamentos foram adquiridos e com previsão de entrega para março. Renata esclareceu, ainda, que há um orçamento de R\$30.000,00 com execução prevista para junho/18 e adiada para junho/19 e o término da iniciativa também foi adiada de 19/12/18 para 30/12/19.

Simone Ferreira de Oliveira e Cruz, Assessora da Presidência, questionou os prazos alongados do cronograma, mas, como Responsável pela iniciativa, em contato com o gerente, esclareceu que as instalações dos equipamentos dependem do Tribunal de Justiça, e que após a chegada efetiva do material seria possível identificar melhor quando ocorreriam. Soraya Previtali Morisson sugeriu que o projeto seja aprovado com as data apresentadas, salvo se novas datas forem levantadas junto ao TJ até 20/03/18.
Deliberação: Aprovação do adiamento do término da iniciativa. Verificar previsão orçamentária para 2019 (\$30.000,00)
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: Responsável e gerente do projeto

Objetivo/indicador/iniciativa: Central de Atendimento Telefônico ao Eleitor - CAT
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Apresentado o novo cronograma, questionou-se a disponibilidade do valor de R\$462.042,00, previsto no orçamento de 2017 e com previsão de execução em março/18, e o adiamento do término da iniciativa de janeiro/18 para 24/04/18. Flávio Augusto Celano, da SSG, e Fabio Lami, da SAD, esclareceram que houve remanejamento de recursos dentro das Secretarias e que foi pré-empenhado o valor de R\$212.936,49 para a instalação da central, e que não será preciso contratar mão-de-obra, pois será utilizada a do contrato com vigência até 2020.
Deliberação: Aprovação do adiamento do término da iniciativa
Prazo:
Unidade responsável:

Objetivo/indicador/iniciativa: Formação de Gestores da Sede
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Renata Motta Geronimi lembrou questionamento da última reunião do CGE quanto ao alcance do escopo do projeto, razão pela qual, foi incluído, pelo gerente, novas etapas na iniciativa com o custo de R\$50.000,00. A Diretora-Geral apontou que o escopo inicial do projeto era criar um programa de capacitação contínua, para ela a Secretaria de Gestão de Pessoas deveria reavaliar a forma de capacitar continuamente. Para Soraya Previtali Morisson fazer um ciclo de capacitação não atende ao objetivo e que, dentro da política de Gestão de Pessoas deveria estar embutido um plano, como diretriz do Tribunal, talvez por meio de uma Instrução Normativa.

Deliberação: Aprovação das novas etapas do projeto
Verificar a disponibilidade de recursos previstos (\$50.000,00) para utilização em 2018.
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: Responsável e gerente do projeto

Objetivo/indicador/iniciativa: Implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Foi dada a palavra ao servidor Robson Alves de Oliveira Sobrinho que esclareceu as etapas adiantadas e atrasadas da iniciativa. O adiamento do término do projeto, para novembro, após as Eleições, ocorreu porque a implantação do Sei impacta em todas as Zonas Eleitorais, afirmou Adriana Brandão. Quanto às questões orçamentárias envolvendo o SEI, esclareceu-se que muitos valores não refletem o que de fato foi executado pelo projeto, pois os empenhos englobam diversas necessidades do Tribunal. Neste sentido o valor R\$100.00,00 gasto com contratação de certificados digitais e R\$948.834,32 com aquisição de monitores. Para Renata Motta Geronimi o grande problema é que tal forma de empenho impacta negativamente no Indicador de Apoio – IA que mede a aderência dos projetos à execução orçamentária. Fernando, Secretário da SOF, sugeriu que cada Secretaria detalhasse os valores referentes a cada iniciativa, o que possibilitaria empenhos separados.
Deliberação: aprovação da ficha
Prazo:
Unidade responsável:

Objetivo/indicador/iniciativa: Implantação de ferramenta de inteligência e de exploração de dados (BI)
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Foi esclarecido por Renata Motta Geronimi que o Termo de Referência para a aquisição da ferramenta de BI foi concluído e será submetido ao integrante administrativo da equipe de contratação, sendo necessário que a gerente do projeto, Tania Mara Lima da Fonseca, altere a ficha da iniciativa. Apontou-se, ainda, que não houve alteração de data no cronograma. Soraya Previtali Morisson explicou que, na ficha, o objetivo do projeto BI não é apenas substituir o Discoverer, como consta na ficha, mas que será uma contratação muito maior e atenderá a muitos outros objetivos do Tribunal.

Deliberação: Adequação da ficha da iniciativa
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: Responsável e gerente do projeto

Objetivo/indicador/iniciativa: Estudo de viabilidade para implantação de exames periódicos de saúde
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Marcos José Guerrero Silva distribuiu um resumo do Estudo de viabilidade, que segue em anexo, e deu a palavra à Andrea Ribeiro Baptista e à Elayne da Silva Beserra Fernandes que explanaram um pouco sobre os levantamentos feitos no estudo. Os membros que compuseram a comissão que elaborou o estudo foram: Andrea Ribeiro Baptista, Elayne da Silva Beserra Fernandes, Ronaldo Brito de Melo, Rafael Acacio Santos Ribeiro, Virgilio Lopes Fleury, Alan Amand Torres e Ismael Cristovao Moreira Cesar de Moura. Inicialmente foi informado que os estudos identificaram que os Objetivos Estratégicos do TRE/RJ estão alinhados à norma do CNJ sobre saúde dos magistrados e servidores, e que tal política coloca a saúde em um patamar diverso do anterior, pois deixou de compreender apenas as idéias de assistência e perícia, para englobar idéias de prevenção, promoção e vigilância, com principal intuito em evitar o adoecimento. Assim como, amplia o conceito de trabalho, que não é somente a atividade exercida, mas inclui os bens materiais e imateriais presentes no meio e que interagem com os agentes. O CNJ defende que junto ao ambiente de trabalho deve ser analisado o risco, que é toda condição que compromete o equilíbrio psicológico, físico e social, causando o adoecimento. Diante disso o exame periódico de saúde deve estar atrelado à avaliação do ambiente, por ergonomia e por prevenção de riscos ambientais. Assim, o ideal é que os servidores lotados no mesmo ambiente sejam submetidos ao exame no mesmo momento. Uma questão relevante para a implementação é o custeio, por isso, sugere-se a implementação escalonada, em 03 etapas: sede, região metropolitana e interior. Não incluindo os estagiários, os terceirizados e os requisitados para o período eleitoral. Outra questão é que embora o exame seja obrigatório, o servidor pode negar-se a participar, o que pode ter implicações jurídicas. A abordagem ideal do exame é multiprofissional com uma equipe composta por enfermeiros, médicos, assistente social, dentista, psicólogo e médico do trabalho. As 3 etapas sugeridas seriam implementadas em 03 anos, e o agendamento seria feito pelo gestor da unidade, considerando a necessidade de pagamento de diárias e o objetivo de que todos os servidores de uma mesma unidade façam o exame no mesmo momento. É importante destacar que o exame periódico não é um check up, mas que há rol taxativo

de exames obrigatórios mínimos que devem ser custeados pelo Tribunal. Uma das opções seria adotar o exemplo do TRE/MG que tem um plano de saúde para os servidores, custeado com a verba hoje utilizada no TRE/RJ para reembolso aos servidores. Fernando da Secretaria de Orçamento e Finanças explicou que para adotar tal medida, neste ano de 2018 seriam feitas as análises necessárias com o objetivo de contratar apenas em 2019, e que o reembolso deixaria de ser pago aos servidores em janeiro/2019. Outra opção de custeio seria pagar uma diária ao servidor que se desloca do interior ao TRE e, havendo solicitação de exame médico, o servidor o realizaria com posterior reembolso do TRE. A última proposta seria contratar uma empresa para realizar tão somente os exames obrigatórios. O Secretário de Orçamento e Finanças esclareceu que o orçamento não comportaria esta última opção, pois continuaria limitado a um valor determinado por servidor, qual seja, o valor pago hoje a título de reembolso. A sugestão de implementação passaria por um 1º ciclo em que não haveria solicitação de exame médico, iniciando pelos servidores da SGP, depois com todos lotados na Sede, após os na capital, e por último os no interior, pois dependeria do pagamento de diária. Neste 1º ciclo seria analisado a aderência do servidor ao programa. Esclareceu-se ainda a importância da medida com base no aumento do número de perícias realizadas e de aposentadorias precoces concedidas. Soraya Previtali Morisson pontuou que a média anual de 7 dias de falta por servidor subiu para 13. Indicou-se ainda que a saúde precisa de uma página na Intranet, pois é necessário medir o acesso e a leitura para que, de algum modo, possam medir o resultado dos artigos publicados. Soraya Previtali Morisson esclareceu que isso pode entrar no escopo do projeto. Quanto ao custeio a equipe indica a utilização do exemplo do TRE/MG, no que houve a concordância da Diretora-Geral.
Deliberação: Inclusão no PDE 2018/2019 de projeto nos moldes do TRE/MG / Inclusão no PDE 2018/2019 do 1º ciclo proposto com criação de página própria e análise da aderência dos servidores ao programa Elaboração da ficha e indicação do gerente
Prazo: 22/03/2018
Unidade responsável: Responsável

Objetivo/indicador/iniciativa: Estudo de viabilidade para implantação do sistema VoiP
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa)

Foi informado por Renata Motta Geronimi a designação do servidor Gustavo Moraes Souza para a condução do trabalho de complementação do relatório propositivo do Estudo de Viabilidade, que deverá, em conjunto com o responsável pela iniciativa, sugerir equipe para execução dos trabalhos e apresentar cronograma para deliberação na próxima reunião do CGE.
Deliberação: elaboração da ficha
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: Responsável e gerente do projeto

Objetivo/indicador/iniciativa: Justiça Eleitoral Itinerante
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Renata Motta Geronimi explicou que, conforme informação aprovada pela Diretora-Geral e encaminhada por email aos membros do CGE, foi identificado que o TRE-RJ não dispõe, neste momento, de tecnologia adequada à prestação do serviço. Esta situação deverá ser contornada com a implementação da tecnologia VPN, cujo projeto tem previsão de conclusão em fevereiro/2019.
Deliberação: Sobrestamento do projeto até a implantação da Rede Privada Virtual - VPN
Prazo:
Unidade responsável: Asplan

Objetivo/indicador/iniciativa: Incentivo à participação voluntária de servidores e magistrados nas iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania
Foi passada a palavra a Rita de Cássia de Carvalho e Silva Marques de Abreu que esclareceu a impossibilidade de elaborar um plano de incentivo no prazo estipulado, vez que a Escola Judiciária Eleitoral encontra-se assoberbada com suas iniciativas rotineiras.
Deliberação: Elaboração do plano e preenchimento da ficha da iniciativa, com envio à Asplan, que o remeterá aos membros do Comitê Gestor, para deliberação, na próxima reunião, quanto a inclusão no PDE 2018/2019, e, em caso de inclusão, aprovação da ficha.
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: EJE

Objetivo/indicador/iniciativa: Estudo do processo de fiscalização de propaganda eleitoral
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Soraya Previtali Morisson fez rápida explanação sobre reunião com a Direoria-Geral e a

Presidência deste tribunal, na qual se deliberou que a Asplan acompanhará o processo da fiscalização de propaganda, reunindo informações e observando todo o ciclo, inclusive, com a identificação dos impactos na análise das prestações de contas dos candidatos. Esclareceu ainda, que para criar um processo, antes, é preciso estudar e colher os dados, que possibilitarão, no próximo exercício, trabalhar as informações coletadas. A assessora da Presidência, Simone Ferreira de Oliveira e Cruz, apontou que é preciso mapear também o processo do Registro de Candidatura, mas não neste ano. Ao que Soraya concordou, de acordo com ela há grandes lacunas em todos os processos finalísticos do Tribunal. De acordo com a Diretora-Geral, a fiscalização, dentre todos os processos finalísticos, é o menos estruturado, pois, diverso dos demais, não possui nenhum regramento, e as ações de fiscalização acabam ocorrendo conforme determina o Coordenador da Fiscalização de Propaganda Eleitoral nomeado para cada eleição. Ainda de acordo com Soraya Previtali Morisson a fiscalização é o processo complexo porque envolve agentes externos e traz consequências a outros processos finalísticos, além de não possuir indicadores próprios e estar vinculada aos indicadores do Objetivo Estratégico Combater Ilícitos Eleitorais que precisam ser ativados.
Deliberação: Não inclusão no PDE 2018/2019, reunir informações sobre o processo a fim de subsidiar os trabalhos de modelagem do processo em 2019.
Prazo:
Unidade responsável: Asplan

Objetivo/indicador/iniciativa: Implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe nas Zonas Eleitorais
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) A Assessora da VPCRE, Erika Ferreira, informou que o estudo encaminhado foi analisado e que o ponto principal seria a necessidade de certificação digital para pelo menos 02 servidores em cada Zona Eleitoral, e um monitor a mais para cada. Indicou ainda que a VPCRE foi questionada pelo TSE quanto ao interesse de participar de um projeto, com a indicação de 1 zona eleitoral, onde o Doutro Tribunal Superior implantaria um piloto de PJE em abril. A Diretora-Geral informou que já foram adquiridos os certificados digitais e monitores necessários e manifestou sua preocupação quanto ao momento da implantação deste piloto, tendo em vista as grandes transformações que estão ocorrendo no Tribunal, como o remanejamento das zonas eleitorais, a equalização da força de trabalho nas Zes e a implantação do SEI, e questionou quanto aos detalhes específicos do PJE que seria instalado pelo TSE. Simone Ferreira de Oliveira e Cruz apontou que o estudo do PJE 1º grau indica sua

implantação em novembro, após as eleições, mas com a alteração do cronograma do SEI, cuja implantação alterou-se de abril/18 para novembro/18, seria necessário conversar com o Presidente para definir a data.
Deliberação: Deliberou-se pela não adesão ao convite do TSE e não instalar o projeto piloto de PJE em abril. Aguardar manifestação da PR quanto à implantação do PJE 1º grau ainda em 2018.
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: PR

Objetivo/indicador/iniciativa: Aumento de celeridade de processos prioritários
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Debate-se sobre as propostas e sugestões consolidadas em tabela e encaminhadas aos membros do CGE pela ASPLAN.
Deliberação: Envio a cada Secretaria de memorando indicando as sugestões que lhe são pertinentes para análise e manifestação, sendo enviado à: - PR: “Estudar a possibilidade de firmar convênios regionais para cessão de veículos” e “Expedir ofício à OAB, solicitando a pronta indicação de defensor dativo quando determinado pelos juízes eleitorais”; “Submeter ao CGE a sugestão de publicação do Aviso com orientações sobre as classes processuais consideradas prioritárias e os prazos estabelecidos em Meta específica pelo TSE/CNJ” “Sugestões adicionais da ASPLAN: a)Etiqueta "Processo Prioritário - urgente"; b)Sugestão de implementação de alerta no PORTCRE com prazo máximo de paralização de 10 dias;” DG: “Definir responsabilidades e processo de trabalho relativos a convênios com outros órgãos para fins de facilitação do acesso a informações e realização de perícias”, juntamente com o processo de “Controle de parcerias”. - EJE: “Sugestões adicionais da ASPLAN: c)Incluir nas ações de aperfeiçoamento dos magistrados orientações sobre os processos prioritários” O não encaminhamento da sugestão “Celebrar acordos com MP para impor celeridade aos feitos prioritários e demais procedimentos eleitorais”.
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: Asplan

Objetivo/indicador/iniciativa: Propõe que a SSG apresente um projeto com capacidade de alavancar o IA70
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais sugeriu levar este IA para nível tático, mas não estratégico, da Secretaria, e propor um Plano de Ação junco com a Comissão de Critérios Imobiliários, a qual pode, inclusive, indicar a necessidade de alterar o IA. Soraya Previtali Morisson sugeriu que analisem os dados levantados pela Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo, pois se percebe que os problemas são reiterados nas pesquisas.
Deliberação: Acompanhamento do desempenho do IA
Prazo:
Unidade responsável: SSG

Objetivo/indicador/iniciativa: Estudo de viabilidade para instalação de geradores de energia fotovoltaica
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Renata Motta Geronimi apresentou a ficha do estudo de viabilidade elaborada pela SSG, cuja etapa inicial é a “Designação de grupo de trabalho responsável pela elaboração do estudo de viabilidade” em 07/03, e esclareceu que a minuta de designação de grupo foi elaborada e está aguardando aprovação do CGE para ser submetida à Diretora-Geral.
Deliberação: Aprovação do cronograma
Prazo:
Unidade responsável:

Objetivo/indicador/iniciativa: Instituição da política de gestão de resíduos
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais apresentou a ficha da iniciativa. A Diretora-Geral pediu para analisar a questão, inclusive para análise do cronograma, pois há regulamento sobre a gestão de resíduos.
Deliberação: Envio da ficha apresentada e do processo à DG para análise da ficha sob a ótica da regulamentação.
Prazo: 22/03/18
Unidade responsável: DG

Renata Motta Geronimi explicou sobre a importância da aderência dos projetos ao cronograma de execução.

Alteração da forma de empenho pelas Secretarias.

Encerrada a etapa de deliberação acerca das iniciativas estratégicas, Renata Motta Geronimi adiantou que no dia 05/04/18 será realizado o “Café com Projetos”, com troca de experiências entre a equipe e os gerentes.

Esclareceu, ainda, aos presentes os procedimentos previstos no PDE e na metodologia de projetos a serem observados no monitoramento do Plano Diretor da Estratégia e as próximas reuniões do Comitê agendadas:

- Os gerentes dos projetos deverão informar mensalmente o andamento da execução das iniciativas até o 5º dia útil de cada mês;
- Atualização da tabela com as informações entregues até o 5º dia útil do mês, pela Asplan, até o 10º dia útil de cada mês
- Reunião do CGE para aprovação do PDE 2018-2019 será realizada no dia 20/03/2018.

4. Assuntos diversos

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

5. Anexos

De acordo:

Adriana Freitas Brandão Correia

Simone Ferreira de Oliveira e Cruz

Erica Ferreira

Rita de Cássia de Carvalho e Silva Marques
de Abreu

Fábio Lami Júnior

Flávio Augusto Castanheira Celano

Paula Bass Lessa

André dos Santos Sant'Anna

Fernando José da Fonseca

Leandro Quarti Lamarão

Marcos José Guerrero Silva

Soraya Previtali

Elizabeth Silva Viana

Fabiano Freitas Barbosa

Andrea Ribeiro Baptista

Elayne da Silva Beserra Fernandes

Renata Motta Geronimi

Flávia Conceição de Lima Vidal

Larissa de Matos Biajoli

Robson Alves de Oliveira Sobrinho

ORIGINAL ASSINADO PROT Nº 31.264/2018